

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
DO PORTO DE FORTALEZA – 2025**

DATA E HORA: 10/11/2025 às 09h30min

LOCAL: Presencial e por videoconferência, através do sistema *Microsoft Teams*.

CONVIDADOS: **Mário Jorge Moreira Cavalcante**, Representante da Diretoria de Comercial da CDC; **Evandro Batista**, Coordenador de Planejamento Estratégico; **Kléber Correia Lima Filho**, Coordenador de Manutenção Elétrica e Mecânica; **Igor Rodrigues Brasil**, Coordenador de Infraestrutura Civil; **Fernando Gomes de Amorim**, Capitão-Tenente representante da Marinha do Brasil; **Roni Mello**, representante da ANTAQ; **Fausto Pinheiro Neto**, representante da empresa HMS Brasil Offshore.

EXPEDIENTE

I. Verificação do quórum e abertura da reunião:

O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária iniciou a reunião dando boas-vindas a todos os presentes, declarando instalada a 7ª reunião ordinária do Conselho de Autoridade Portuária em 2025.

II. Aprovação da ata da 6ª reunião ordinária do CAP em 2025:

As Atas foram submetidas à aprovação do plenário pelo Presidente e aprovadas por unanimidade.

ORDEM DO DIA

**III. Alteração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Fortaleza.
Relator: Evandro Batista – Representante da Autoridade Portuária.**

O Presidente concedeu a palavra ao representante da Autoridade Portuária, Sr. Evandro Batista, para apresentação da atualização pontual do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Fortaleza, na qual realizou apresentação das alterações do PDZ da CDC, destacando que a última apresentação ao CAP ocorreu há aproximadamente um ano, e que o objetivo atual é informar os avanços, apresentar a consolidação das alterações e indicar os próximos passos para encaminhamento da versão final ao Ministério de Portos e Aeroportos. Explicou que a atualização do PDZ possui caráter corretivo e de alinhamento, visando adequar o documento à situação real do porto e às mudanças ocorridas desde 2022, incluindo ajustes de metragem, regularização de contratos, incorporação de áreas e atualizações de georreferenciamento. Informou ainda que a proposta segue como atualização pontual, enquanto o Plano Mestre avança em âmbito ministerial, devendo futuramente subsidiar uma revisão mais aprofundada do PDZ. Durante a apresentação, foram destacadas as alterações principais, contemplando: (i) ajustes de poligonais e metragens (FOR 13,

FOR 24, FOR 12, FOR 40, FOR 41, entre outros; (ii) redefinições de vocação de áreas (ex.: FOR 43 – Praia Mansa); (iii) criação e desmembramento de novas áreas (ex.: Assaí Atacadista; triangulações ferroviárias); (iv) atualizações relacionadas a contratos vigentes e processos de arrendamento (MUC 03, MUC 04 e MUC 05). Informou ainda que a versão apresentada corresponde à proposta final, restando apenas ajustes de texto e forma solicitados pela Diretoria Executiva – DIREX. A previsão é de que a versão final consolidada seja aprovada pela DIREX e encaminhada ao Conselho de Administração até o final do mês.

O Sr. Daniel Aldigueri, Presidente do colegiado solicitou que tão logo o documento seja finalizado, seja encaminhado para a secretária do conselho, acompanhada de quadro comparativo (“de/para”) indicando as alterações entre a versão prévia e a versão final aprovada. O Presidente consultou os conselheiros quanto ao procedimento proposto. Todos os conselheiros manifestaram concordância com o procedimento.

Em complemento, o Presidente do colegiado, apresentou aos conselheiros e convidados presentes, a visualização das poligonais e das áreas do PDZ por meio de ferramenta eletrônica disponibilizada pelo Ministério (Zoneamento do PDZ do Porto de Fortaleza <https://share.google/3gmNpX5mypHGbPG2e>), esclarecendo que o sistema permite consultar, de maneira intuitiva, a situação atual das áreas, bem como os cenários de curto, médio e longo prazo, incluindo áreas de expansão, infraestrutura, acessos terrestres e aquaviários, áreas arrendadas, áreas disponíveis e instalações alfandegadas. Destacou que a plataforma está acessível ao público, sem necessidade de software específico, bastando acesso à internet, podendo ser utilizada para consultas rápidas sobre disponibilidade de áreas, vocações, poligonais e demais informações relevantes. Esclareceu ainda que a ferramenta abrange não apenas o Porto de Fortaleza, mas todos os portos organizados do país, sendo, portanto, útil para operadores, empresas e demais interessados que atuam em diferentes localidades portuárias. Informou que o arquivo atual do PDZ, no formato KMZ, será automaticamente substituído pelo novo arquivo quando da aprovação da atualização, de modo que o sistema passará a refletir, em tempo real, a nova estrutura do PDZ.

IV. Arrendamentos de áreas no Porto de Fortaleza – Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

a. Terminais MUC59/MUC03/MUC05

b. Terminal de Contêineres

c. Contrato de Passagem do sistema dutoviário do Porto

O Sr. Mário Jorge, representante da Diretoria Comercial da CDC informou que o MUC03, correspondente ao Armazém 4 e sua retroárea, será destinado à movimentação de granel sólido mineral, conforme o EVTEA elaborado pela empresa Galvani. Relatou que, durante participação da CDC no Brasil Export, em Brasília, a equipe técnica responsável pelo estudo informou que o empreendimento conta com aval preliminar para emissão da licença ambiental, o que permite dar prosseguimento imediato ao processo de arrendamento, embora a licença ainda não tenha sido formalmente assinada. Destacou que o Diretor Comercial da CDC já acionou o Ministério de Portos e Aeroportos para formalizar a retomada do processo, considerando que esta é uma informação nova obtida há cerca de uma semana. O arrendamento do MUC03 prevê potencial de movimentação de até 1,2 milhão de toneladas/ano, após a conclusão do empreendimento mineral de fosfato e urânio.

Quanto ao MUC05, EVTEA doado pela empresa Mizu Cimentos, o relator explicou que o processo depende de manifestação do Tribunal de Contas da União - TCU, que ainda analisa divergências interpretativas relacionadas ao enquadramento do terminal. A expectativa é que a decisão seja emitida somente no ano seguinte. Após a publicação do acórdão, o TCU deverá encaminhar recomendações e determinações tanto ao Ministério de Portos e Aeroportos, quanto à ANTAQ, conforme suas respectivas competências seja para adequações de política pública, seja para ajustes regulatórios. A CDC já prestou as informações técnicas solicitadas, apresentando a realidade operacional local para subsidiar a análise do Tribunal.

Sobre o Terminal de Contêineres, o Sr. Mário Jorge esclareceu que o projeto segue em fase de avaliação pelo Ministério, aguardando a conclusão das análises do TCU, que poderão refletir no modelo final de licitação. Destacou que a CDC já recebeu sinalização de que há outros potenciais interessados além da CMA-CGM, o que é positivo para o Porto, pois aumenta a probabilidade de competitividade no certame.

Referente ao Contrato de passagem do sistema dutoviário do Porto de Fortaleza, o Presidente do Conselho, Sr. Daniel Aldigueri, informou que o Conselheiro Allan Coutinho, ausente devido ao período de férias, enviou previamente um e-mail com atualizações sobre os itens da pauta sob sua responsabilidade. O conteúdo da mensagem foi lido durante a reunião e registrado em ata, destacando os seguintes pontos: “Venho informar que o processo do contrato de passagem dos dutos da Petrobras no Porto de Mucuripe permanece em fase de avaliação interna, sem avanços significativos desde a última comunicação. A equipe responsável reforça que o tema está sendo tratado com a prioridade necessária, e atualizações serão compartilhadas assim que houver definições”.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

V. Movimentação de cargas. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Mário Jorge, representante da Diretoria Comercial da CDC, apresentou ao Conselho o panorama atualizado da movimentação de cargas do Porto de Fortaleza, com base nos resultados acumulados até setembro de 2025. Informou que o Porto registra redução geral de aproximadamente 3% em comparação ao mesmo período de 2024, com 3.000.638 toneladas movimentadas, frente às 3.000.751 toneladas do ano anterior. Destacou que a expectativa é de recuperação parcial no último trimestre, impulsionada pelo início da safra de frutas, embora os primeiros sinais do mercado indiquem possível retração na movimentação dessa safra.

No Granel Líquido, explicou que, apesar da redução observada até agosto, houve melhora em setembro e outubro, com cerca de 240 mil toneladas movimentadas no período. Contudo, o acumulado permanece 5% abaixo de 2024, com resultado de 1.087.787 toneladas contra 1.089.892 toneladas.

Quanto ao Granel Sólido Agrícola, notadamente o trigo, o segmento apresenta redução decorrente das condições de mercado, com aproximadamente 800 mil toneladas movimentadas, abaixo das 860 mil toneladas do ano anterior. Mesmo com a previsão de chegada de dois navios adicionais, a expectativa é de empate técnico, sem perspectiva de superar o resultado de 2024.

O Granel Sólido Mineral apresentou crescimento expressivo de cerca de 12%, impulsionado pelo aumento na movimentação de clínquer e coque. Para atender à demanda, foi implantada área segregada para armazenamento de coque, além da utilização dos dois armazéns existentes. No

consolidado do Granel Sólido Total, observa-se crescimento de 5%, contribuindo para compensar quedas em outros segmentos.

Na Carga Geral, houve redução de 472 mil toneladas para 457 mil toneladas, representando cerca de 15 mil toneladas a menos que em 2024.

Sobre a movimentação de contêineres, o relator informou que o comportamento segue a sazonalidade típica, com forte elevação no segundo semestre devido à safra de frutas. Em setembro, foram movimentados 8 mil TEUs, e em outubro o volume ultrapassou 10 mil TEUs, reduzindo parcialmente o déficit acumulado. Apesar disso, a projeção anual indica dificuldade em atingir os níveis de 2024, especialmente o pico de 14 mil TEUs registrados em novembro do ano passado. Destacou, porém, que a aprovação da nova linha de cabotagem da NORKUT, que tende a reforçar positivamente o fechamento do ano, com expectativa de acréscimo de cerca de 3 mil TEUs ainda em 2025. A empresa movimenta atualmente aproximadamente 20 mil TEUs anuais no Nordeste, e sua escala permanente no Porto de Fortaleza cria perspectivas de crescimento significativo para 2026, sobretudo em cargas de arroz e trigo, reduzindo a dependência logística do Pecém.

O relator acrescentou que o Porto deverá encerrar 2025 com volume semelhante ao de 2024, embora sem ultrapassá-lo. O granel líquido tende a fechar o ano abaixo da meta de 500 mil toneladas, ainda que com melhora no último trimestre. A movimentação de contêineres deve encerrar o ano com déficit residual, condicionado ao desempenho de novembro e dezembro. Ressaltou, por fim, que o granel sólido mineral tem sido o principal responsável por reduzir o déficit geral da movimentação portuária em 2025.

Conselho continuará acompanhando a questão.

VI. Atualização acerca de assuntos gerais. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

a. Segurança no Porto, Sistemas de Acessos

b. Reajuste Tarifário

O Sr. Roberto Loureiro, representante da CDC, apresentou ao Conselho a atualização referente às ações de segurança portuária e melhorias no sistema de acesso. Informou que as inspeções não invasivas realizadas pelo scanner (OCR/raio X) seguem operando normalmente e de acordo com os padrões exigidos pela Receita Federal, mantendo o Plano de Segurança Portuária (PSP) em plena conformidade. Comunicou que foi iniciado o trabalho de remapeamento do posicionamento e da quantidade de câmeras de monitoramento, ampliando o sistema de aproximadamente 100 para cerca de 300 câmeras, incluindo equipamentos com maior capacidade de zoom, visão especial e funcionalidades de inteligência artificial embarcada. Segundo relatado, esse novo parque tecnológico já está sendo avaliado pela Receita Federal e encontra-se em processo de instalação gradual. Informou ainda que a modernização da iluminação do pátio e áreas operacionais, por meio da substituição por luminárias LED, está em andamento, estimando-se que entre 30% e 40% da área já esteja atendida, com conclusão prevista até o final do ano. Comunicou também que foi adquirido um novo software de última geração para gestão das imagens e do sistema de vigilância, oferecendo recursos avançados de análise, rastreamento e gravação automática de eventos, respeitando os parâmetros exigidos pelos órgãos de fiscalização. Explicou que, embora se trate de um sistema sensível sob a ótica de segurança portuária, uma apresentação institucional e conceitual poderá ser realizada pela equipe de Tecnologia da Informação (TI) na próxima reunião do CAP, incluindo cronograma de implantação e funcionalidades principais.

No tocante ao pátio de apoio aos caminhões, o Conselheiro esclareceu que a operação depende da plena implementação do sistema de agendamento eletrônico, que já se encontra em fase avançada. Atualmente, o sistema opera em modo assistido, em parceria com uma transportadora que atua no segmento de cargas containerizadas, permitindo testes reais e ajustes operacionais. Comunicou que alguns problemas iniciais relacionados a agendamentos realizados fora do ambiente interno foram corrigidos, não havendo atualmente registros de gargalos, restando apenas a fase de adaptação das transportadoras ao novo processo.

Sobre o Reajuste Tarifário, o Sr. Mário Jorge, representante da Diretoria Comercial da CDC informou que, após alinhamento com a Diretoria Executiva da CDC, o reajuste de 5,81% foi aprovado e encontra-se formalmente divulgado por meio da Deliberação-DG ANTAQ nº 82/2025, publicada no Diário Oficial da União em 28/10/2025, com vigência a partir de 17/11/2025, conforme documento oficial “Tarifa Portuária – CDC” disponibilizado pela Companhia Docas do Ceará.

O Conselheiro Roni Perez de Mello, representante da ANTAQ, pontuou que houve atraso no trâmite em razão de questões de saúde de um dos diretores da Agência, mas reiterou que a parte técnica do reajuste seguiu rigorosamente a metodologia de Revisão Tarifária, hoje conduzida com maior celeridade e previsibilidade do que em anos anteriores. Ressaltou, ainda, que o novo modelo regulatório proporciona maior estabilidade para o planejamento tarifário das companhias docas.

O Conselheiro Bruno Iughetti, registrou uma observação acerca da comunicação do reajuste tarifário aos usuários. Ressaltou que, embora a comunicação de reajuste tarifário esteja disponível no site da Companhia Docas, não é prática usual dos operadores portuários consultar o portal institucional, o que frequentemente ocasiona falta de conhecimento prévio sobre os reajustes e, por consequência, desgastes operacionais e dúvidas recorrentes. Solicitou que, tão logo o reajuste seja homologado, a CDC comunique o SINDACE, para que o Sindicato possa realizar a divulgação direta aos operadores portuários, agências de navegação e demais usuários, evitando que a atualização tarifária passe despercebida, como ocorrido anteriormente. Destacou que esta medida não substitui a obrigatoriedade de publicação no site, mas reforça a necessidade de comunicação ativa e tempestiva aos usuários.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

VII. Apoio Logístico a caminhoneiros e usuários. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

A Sr. Roberto Loureiro apresentou ao Conselho a atualização referente ao processo de habilitação e implementação dos pátios de apoio logístico para caminhoneiros, informando que três empresas já foram habilitadas para operar áreas destinadas ao atendimento dos transportadores rodoviários que acessam o Porto de Fortaleza. Esses pátios estão localizados: (i) BR-116, altura do quilômetro 2; (ii) BR-116, na região do Quarto Anel Viário; (iii) Posto São Cristóvão, também situado na BR-116, credenciado mais recentemente.

Todos os equipamentos encontram-se situados a menos de 20 km do Porto, conforme regulamentação aplicável, e serão integrados ao sistema portuário para fornecer, em tempo real, informações sobre o volume de caminhões em fila e disponibilidade de vagas, permitindo controle eletrônico de acesso ao Porto. Explicou que dois dos operadores já apresentaram previamente seus modelos operacionais à CDC, enquanto o terceiro, por ter sido credenciado na última reunião de diretoria, ainda realizará sua apresentação. Este último diferencia-se dos demais por tratar-se de um posto de combustível já existente, com estrutura consolidada (restaurante, estacionamento, área de

descanso), necessitando apenas adaptar e segregar uma área exclusiva destinada ao pátio de apoio, com controle próprio de entrada e saída, conforme exigências do edital.

O Conselheiro acrescentou que quanto ao pátio localizado no km 2 da BR-116, informou que houve um embargo ambiental, ocasionando paralisação da obra por aproximadamente 30 dias, devido à intervenção indevida de supressão vegetal. A situação foi posteriormente regularizada junto aos órgãos competentes, permitindo a retomada das obras, as quais já foram vistoriadas pela equipe técnica da CDC. Apesar do atraso inicial, o operador acredita que conseguirá recuperar o cronograma ao longo da execução. Sobre o pátio situado na região do Quarto Anel Viário, registrou que o projeto se encontra em fase final, dependendo apenas da conclusão das instalações de infraestrutura no *gate* de entrada. Informou ainda que o prazo regulamentar para que os três pátios estejam plenamente aptos a operar com o sistema de integração eletrônica vai até maio, e que todos estão sendo monitorados semanalmente pela CDC, que acompanha o andamento das obras e exige a apresentação contínua de cronogramas atualizados.

Em resposta a questionamento do Presidente do Conselho, a Sr. Roberto Loureiro afirmou que a expectativa é de que ao menos um dos pátios esteja operacional dentro do prazo de até 90 dias, iniciando operação em regime gradativo, ainda que não em sua capacidade máxima. Informou também que há forte acompanhamento por parte da Presidência da CDC, reforçando a prioridade estratégica da implantação desse sistema para a melhoria do fluxo de caminhões e da logística portuária.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VIII. Atualização sobre ações para melhoria da infraestrutura portuária do Porto de Fortaleza. Relator: Urbano Costa Lima Filho – Representante da Autoridade Portuária.

- a. Execução dos serviços de batimetria**
- b. Defensas**
- c. Pavimentação e recuperação do Cais Comercial**
- d. Píer Petroleiro**

O Sr. Roberto Loureiro informou ao Conselho que os serviços de batimetria contratados, sob supervisão técnica da USP, foram concluídos. Comunicou que o material resultante já foi protocolado no Centro de Hidrografia da Marinha – CHM, encontrando-se em fase de avaliação para posterior homologação. Destacou que, mesmo antes da homologação definitiva, alguns resultados identificados na nova batimetria já permitiram avanços relevantes para a operação portuária. Segundo relatado, os levantamentos demonstraram profundidade superior à indicada anteriormente na carta náutica vigente, sinalizando aumento do calado disponível e, conseqüentemente, maior capacidade de navegabilidade no canal de acesso e áreas de manobra do Porto de Fortaleza. Registrou que, tais informações permitiram confirmar, junto à Praticagem e à Capitania dos Portos, a viabilidade de receber uma nova linha regular de cabotagem da empresa NORKUT, que passará a incluir o Porto de Fortaleza como escala semanal permanente. A estreia está prevista para 18 de novembro, com operações de embarcações de maior porte, cuja atracação foi autorizada com base nos novos dados batimétricos. Segundo os dados operacionais compartilhados, a expectativa inicial é de que a nova linha movimente aproximadamente 500 contêineres por escala, com tendência de ampliação

conforme evolução da demanda e adequação do canal, reforçando a importância estratégica do Porto de Fortaleza para o escoamento de cargas com destino ao Norte do país e integração logística regional.

Informou, ainda, que essa conquista vem sendo construída há vários meses, envolvendo negociações com a USP, Praticagem, Marinha, operadores e áreas técnicas do Porto, ressaltando que esse avanço não foi resultado pontual, mas parte de um processo contínuo de estudos, tratativas e deslocamentos técnicos.

Os conselheiros registraram o reconhecimento e agradecimento a todos os profissionais envolvidos no trabalho.

O Sr. Kleber Filho, Coordenador de Manutenção, apresentou atualização sobre o processo de aquisição e instalação de defensas do Cais Comercial, informando que parte dos equipamentos, especificamente os elastômetros já chegou ao Porto de Fortaleza e que a entrega do restante do material está prevista para ocorrer até o final do mês. Esclareceu que os painéis de defesa propriamente ditos se encontram atualmente em análise no setor jurídico da Companhia, em fase final de tramitação.

Foi apresentado pela coordenadoria de Manutenção o anteprojeto de vistoria de defensas e cabeços disponibilizado à CDC para planejamento das ações corretivas e preventivas.

Os Conselheiros destacaram a importância de que todas as informações relativas ao estado das defensas e às condições operacionais do cais sejam compartilhadas com a Praticagem de Fortaleza, especialmente considerando que diversos incidentes envolvendo manobras têm resultado em danos recorrentes aos painéis, incluindo arrancamento de placas e desgaste provocado por atracação. Em resposta, o Sr. Kléber informou que a Praticagem já foi formalmente comunicada por e-mail para acompanhar o processo, ressaltando que grande parte dos danos observados decorre de manobras de rebocadores, que representam cerca de 99% dos casos registrados. Explicou que impactos de navios são menos frequentes, mas podem ocorrer em embarcações específicas, como navios militares dotados de protuberâncias estruturais laterais, que ao encostar podem lascas ou deslocar partes do painel.

O Sr. Fausto Pinheiro, representante da empresa HMS Brasil Offshore, reforçou a necessidade de que essa situação seja monitorada de maneira conjunta entre CDC, Praticagem e operadores, destacando que ajustes nas manobras podem reduzir significativamente o arrasto sobre as defensas. Sugeriu que a Acostagem, em parceria com a Praticagem e operadores como a Tergram, antecipe informações sobre dimensões, posicionamento e parâmetros das embarcações de maior porte, de modo a minimizar movimentos bruscos e impactos durante o processo de atracação.

O Sr. Matheus Kokay, integrante da área de Infraestrutura da CDC, informou ao Conselho que o especialista responsável pelo o projeto estrutural, Sr. Joaquim, já iniciou a elaboração do projeto básico referente às intervenções necessárias no Cais Comercial, incluindo os estudos das fugas da parte estrutural. Comunicou que o prazo estabelecido para conclusão e entrega do referido projeto permanece mantido, estando prevista sua finalização até o final do mês de novembro.

Esclareceu, ainda, que nesta fase não há orçamento consolidado ou estimativa financeira formal, uma vez que tais valores somente poderão ser definidos após a conclusão do projeto básico.

Sobre o Píer Petroleiro, o Sr. Matheus Kokay, apresentou ao Conselho a situação atual da obra de recuperação, informando que a nova ordem de serviço já foi assinada e que a empresa contratada, sediada em Recife, iniciará a mobilização dentro do prazo estipulado, estimado entre 7 e 15 dias para a chegada da equipe e início das atividades.

O Conselheiro Raniele Lima, representante da ANVISA, relatou ocorrência registrada durante inspeção conduzida por agente da Agência, ocasião em que foi informado que o acesso ao Píer Petroleiro estaria interditado, solicitando, assim, esclarecimentos por parte da Autoridade Portuária. Em resposta, o Sr. Matheus Kokay, esclareceu que, após visitas técnicas e inspeções realizadas pelo engenheiro consultor responsável pelo diagnóstico e projeto de recuperação estrutural do píer, foi delimitada a capacidade veicular no acesso, por razões de segurança, sem que isso implique impedimento às atividades de fiscalização dos órgãos intervenientes, incluindo a ANVISA. Ressaltou, ainda, que a recuperação do píer está sendo tratada com prioridade e que as obras serão iniciadas em breve.

O Conselheiro Roni Perez de Mello, representante da ANTAQ, solicitou o envio do laudo técnico e de um relatório detalhado sobre a situação do acesso, bem como informações sobre o andamento das obras e a previsão de plena reabertura do Píer Petroleiro. O Sr. Matheus Kokay confirmou que tais documentos serão encaminhados ao Conselheiro e ao CAP assim que consolidados.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

ASSUNTOS GERAIS:

O Sr. Paulo Renato, representante dos trabalhadores portuários avulsos do Porto de Fortaleza, utilizou a palavra para registrar preocupação quanto às práticas adotadas pela empresa TERMAP, recentemente instalada no Porto. Informou que os trabalhadores foram convidados, por meio do SINDACE, para reunião com representantes da empresa e da Intersindical Portuária do Ceará, com o objetivo de discutir o procedimento de desembarque de malas, atividade tradicionalmente executada pelos TPAs mediante requisição via sistema oficial do OGMO. Relatou que, em operação recente, um navio atracou com mais de mil malas, e a empresa teria optado por realizar o desembarque utilizando mão de obra própria, sem solicitar trabalhadores pelo sistema do OGMO, o que gerou apreensão entre a categoria. Explicou que os TPAs esperavam receber da empresa uma proposta operacional ou orientações que permitissem alinhar o procedimento, mas não houve apresentação de diretrizes formais, motivo pelo qual considerou necessário registrar a situação em ata.

O Sr. Paulo Renato reforçou sua preocupação com a postura inicial da TERMAP, especialmente no que se refere à utilização de mão de obra própria em atividade cuja execução, no Porto de Fortaleza, segue práticas consolidadas e entendimentos construídos ao longo dos anos entre operadores portuários, OGMO e trabalhadores. Avaliou que a forma como a empresa conduziu suas primeiras interações “não foi cordial, nem compatível com o ambiente de diálogo historicamente estabelecido no Mucuripe”, destacando que modelos adotados em outros portos (como Santos, Salvador ou Bahia) não podem ser automaticamente replicados no Ceará, onde existem acordos e práticas específicas. Ao final, afirmou que a categoria não aceitará propostas que desconsiderem a realidade local ou contrariem entendimentos vigentes, defendendo que toda e qualquer tratativa deve ocorrer por meio de diálogo, negociação e preservação da segurança e continuidade operacional.

Em resposta, o Sr. Bruno Iughetti, representante do SINDACE, reconheceu que tanto a TERMAP quanto os trabalhadores portuários avulsos têm o direito de apresentar seus pleitos, ressaltando a importância de que as discussões evoluam com bom senso, equilíbrio e transparência. Destacou que a recomendação do SINDACE é pela construção de soluções negociadas, capazes de resguardar os interesses legítimos das partes envolvidas, sem prejuízo às operações portuárias, à empresa ou aos trabalhadores.

O Conselheiro Paulo Renato acrescentou ainda que, a partir de 24 de novembro, os presidentes das entidades sindicais de base, inclusive do Sindicato da Estiva do Ceará, estarão em Brasília para acompanhar a última sessão do ano referente à tramitação do PL 733, projeto considerado pela categoria como sensível e com potencial impacto significativo sobre o modelo de trabalho portuário no país. Esclareceu que a mobilização sindical tem caráter preventivo, visando acompanhamento técnico e político do tema. O Conselheiro ressaltou que não está anunciando paralisação local, mas afirmou que, caso haja eventual paralisação de caráter nacional em função dos desdobramentos do PL 733, seria importante constar em ata que o tema foi comunicado e debatido no âmbito do CAP, garantindo transparência para todas as instituições envolvidas.

O Presidente do Colegiado reforçou que está acompanhando o tema com atenção e que manterá canais de diálogo abertos para apoiar solução equilibrada, garantindo previsibilidade operacional.

O Sr. Fausto Pinheiro, acrescentou que o trabalho da Comissão Paritária tem apresentado bons resultados, com número reduzido de processos e melhoria na relação operacional entre TPAs e operadores, motivo pelo qual parabenizou a atuação do Sr. Paulo Renato e da categoria. Em resposta desta temática, o Sr. Roberto Loureiro informou que a Autoridade Portuária acompanha o tema e que o sistema disponibilizado à DRT/Ministério do Trabalho permite total rastreabilidade das operações, como o tipo de carga, EPIs exigidos, número de trabalhadores envolvidos e demais informações relevantes. Esse monitoramento, segundo destacou, reduz divergências operacionais e facilita a atuação preventiva, orientada pela segurança e conformidade com as normas vigentes.

O Conselheiro Bruno Iughetti, solicitou que o tema do alandegamento das áreas do Porto de Fortaleza seja incluído na pauta da próxima reunião, argumentando existir pendências que merecem análise colegiada, dentre elas a situação da TERMAP, instalada em área atualmente dentro da zona alandegada da CDC, embora o correto fosse possuir processo próprio de alandegamento para suas operações. Manifestou preocupação quanto ao risco de eventuais penalidades por parte da Receita Federal. O Presidente do colegiado acolheu a solicitação e informou que o tema será incluído na pauta da próxima reunião, com apresentação a ser conduzida pelo setor responsável, abordando o panorama geral do alandegamento, suas pendências e providências em curso.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Ao final dos debates, registraram-se manifestações de agradecimento dos conselheiros e convidados e constatada a inexistência de qualquer outro assunto a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata a que se refere esta Reunião do Conselho de Autoridade Portuária que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes e pela secretária.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

Fortaleza, 15 de setembro de 2025.

DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI
Presidente do CAP

FRANCISCO ROBERTO LOUREIRO ARAÚJO
Conselheiro

RANIELE FERREIRA DE LIMA
Conselheiro

LORENA ALBUQUERQUE MEDEIROS
Conselheira – Suplente

CARLOS ALBERTO LIMA DOHNERT
Conselheiro

BRUNO IUGHETTI
Conselheiro

JOSÉ CLERTON MAGALHÃES BEZERRA
Conselheiro

IVALONY MACIEL MANGUEIRA
Conselheiro – Suplente

PAULO RENATO DA SILVA RÉGIS
Conselheiro

FRANCISCO LÚCIO BATISTA NUNES
Conselheiro – Suplente

VERIDIANE MAIA
Secretária